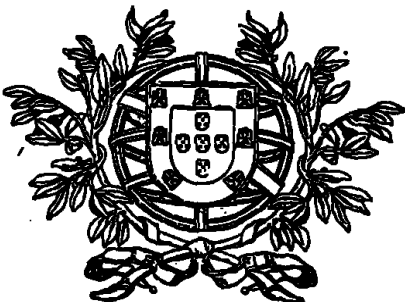


DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, *franca de porte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa doia exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000
Ditas por semestre 10\$000
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*.

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar a publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Lei de 12 de Março, autorizando a Câmara Municipal de Grândola a aplicar parte do seu fundo na construção dum quartel.

Despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Balancetes de bancos e companhias.

Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

MINISTÉRIO DA GUERRA:

Rectificação à relação das candidatas a alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, publicada no *Diário* n.º 26.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Aviso acerca do falecimento de vários cidadãos portugueses residentes em países estrangeiros.

Declaração acerca da existência dum testamento dum cidadão natural da Ilha de S. Miguel, naturalizado americano e falecido na República de Nicaragua em 1908.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Relação dos empregados adidos ou extraordinários que prestam serviço de amanuenses nas repartições e corporações consultivas do Ministério do Fomento.

Edito para concessão do diploma ao descobridor duma mina de volfrâmio situada no concelho do Fundão.

Nota da receita das oficinas anexas à Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos depositadas em Março.

Relações de marcas internacionais a que foi recusada protecção em Portugal.

Aviso acerca do serviço de registos de marcas industriais.

Relações de pedidos de registo de nomes industriais, patentes de invenção e modelos de fábrica.

Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mourão, em Novembro de 1912.

Despacho mandando abrir ao serviço a estação telégrafo-postal de Gandra de Cambra.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.

Anúncio de concurso para provimento dum lugar de professor oficial da freguesia de S. João Baptista, da Ilha de Santo Antão, na provincia de Cabo Verde.

Portaria de 6 de Março, mandando considerar oficial a correspondência expedida pela associação denominada Assistência aos Indígenas e à Infância Desvalida de Goa.

Habilitações para levantamento de créditos.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, proposições de lei:

Aprovando uma convenção entre Portugal e a Suécia, sobre protecção à propriedade industrial.

Concedendo certas regalias aos actuais candidatos a secretários e cônsules de 2.ª classe ou a segundos oficiais.

Destinando o templo de Santa Engrácia a Panteão Nacional.

Sujeitando a determinadas disposições as despesas próprias do Ministério das Colónias e as despesas feitas na metrópole por conta das colónias.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acórdãos n.ºs 14:046, 14:094, 14:159-60-61-62-63-68 e 14:184-85-86-87.

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que não-de ser julgados na sessão de 25 de Março.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Câmara Municipal de Lisboa, anúncios para arrematação de artigos de drogaria e venda de terrenos.

Junta do Crédito Público, aviso acerca do pagamento de juros de vários empréstimos; editos para averbamento de títulos.

Administração do concelho de Gondomar, editais acerca da gerência dos encarregados da estação telégrafo-postal de Gondomar, de Julho a Setembro de 1910 e de Setembro de 1910 a Janeiro de 1911.

Imprensa Nacional de Lisboa, anúncio para venda de 31:000 exemplares do livro intitulado *Tabuaço*.

Casa Pia de Lisboa, anúncio de concurso para contrato dum cidadão estrangeiro para exercer um dos lugares de prefeito.

Junho de direito da comarca de Tabuaço, editos para expropriações de terrenos.

Caixa Geral de Depósitos, editos para levantamento dum espólio.

Caixa Económica Portuguesa, editos para levantamento de depósitos.

Conselho Superior de Promoções, editos para citação de vários oficiais do exército ausentes em serviço nas colónias.

1.º Batalhão de artilharia de costa, anúncio para arrematação de cevada.

Escola de Medicina Veterinária, aviso acerca das provas dos concursos para preparadores.

Observatório do Infante D. Luis, boletim meteorológico.

Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 88 — Cotação dos fundos públicos nas Bórsas de Lisboa e Porto, em 12 de Março.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Câmara Municipal de Grândola, pela presente lei, a desviar do seu fundo de viação a quantia de 7.900 escudos, que serão empregados na construção dum quartel.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 12 de Março de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Rodrigo José Rodrigues*.

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Março 12

Bacharel José Bressane Leite Perry, auditor administrativo do distrito da Horta—licença de quarenta e cinco dias por motivo de doença, ficando sujeito ao pagamento dos respectivos emolumentos e adicionais, nos termos do decreto de 16 de Junho de 1911.

Secretaria do Ministério do Interior, em 13 de Março de 1913.—O Director Geral, *Ricardo Pais Gomes*.

Direcção Geral da Instrução Primária

8.ª Repartição

Por despacho de 27 de Fevereiro último com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 8 do corrente mês:

Branca do Socorro Alves Janeiro, diplomada pela escola de Vila Rial, com a classificação de 19 valores—provida temporariamente na escola mixta do lugar da Costa, freguesia de Godim, concelho e círculo escolar de Pêso da Régua.

Por alvará de 5 de Fevereiro findo, com o visto de 8 do corrente mês:

Laura do Rosário Albuquerque—nomeada professora interina para a escola do sexo masculino do lugar da Coutada, freguesia de S. Pedro da Cadeira, concelho e círculo escolar de Tórres Vedras.

Para os devidos efeitos se declara que a professora da escola do sexo masculino da freguesia de Currelos, concelho de Carregal do Sal, provida definitivamente, por despacho de 20 de Fevereiro último, publicado no *Diário do Governo* n.º 54, de 7 do corrente, chama-se Júlia Augusta Fernandes Veloso, e não Júlia Augusta Fernandes, como por lapso saiu publicado no referido *Diário*.

Por despacho de hoje:

Marta da Conceição Marques, professora primária da escola mixta de Vale Judeu, freguesia de S. Sebastião, concelho de Loulé, círculo escolar de Faro—licença de noventa dias, por motivo de doença.

Por despacho de 11 do corrente mês:

José Inácio Rijo de Oliveira, professor primário da escola de Arrabalde, freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba, círculo escolar de Estremoz—mandado repreender disciplinarmente, fazendo-se-lhe sentir ao mesmo tempo que outra pena mais grave lhe será aplicada se reincidir nos erros cometidos.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 14 de Março de 1913.—O Director Geral, interino, *João Augusto Caldeira Rebôlo*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos efectuados nas seguintes datas, tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 12 do corrente, os que estão nos casos do artigo 44.º e seus parágrafos da lei de 9 de Setembro de 1908:

Março 8

Bacharel José Maria de Andrade Saraiva—nomeado substituto do juiz de direito de Meda.

Bacharel António Ferreira Pedras—nomeado subdelegado do Procurador da República em Vieira.

Licença

Fevereiro 27

Luis Alfredo Torreira de Sá, notário interino em Vinhais—sessenta dias de licença, por motivo de doença. (Pagou os respectivos emolumentos).

Direcção Geral da Justiça, em 14 de Março de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas

Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas

CAIXA ECONÓMICA DA VILA DA PRAIA DA VITÓRIA

Balancete em 31 de Junho de 1914

ACTIVO	
Accionistas	15:000\$000
Móveis e utensílios	565\$385
Biblioteca	5\$315
Gastos miúdos	6\$785
Caixa, dinheiro em caixa	5:883\$768
Despesas gerais	172\$195
Empréstimos sobre fiança	65:004\$630
Létras descontadas	52:544\$950
Empréstimos sobre hipotecas	42:332\$330
	181:015\$358
PASSIVO	
Capital	25:000\$000
Fundo de reserva	1:406\$640
Dívidas incobráveis	86\$515
Depósitos a prazo	149:993\$253
Ganhos e perdas	4:522\$950
Dividendos a pagar	6\$000
	181:015\$358

Caixa Económica de Vila da Praia da Vitória, em 22 de Outubro de 1911.—Eu, *Armando Augusto dos Santos*, guarda-livros, o escrevi e subscrevi.—Os Directores, *Alexandre Martins Pamplona Ramos*—*Júlio César dos Santos*—*Aniceto de Ornelas Ormonde*.—O Guarda-livros, *Armando Augusto dos Santos*.

Está conforme o duplicado que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 5 de Março de 1913.—O Inspector Geral, *José Maria Pereira*.

Conselho Superior da Administração Financeira do Estado

Secretaria Geral

2.ª Repartição

1.ª Secção

No processo n.º 1:005, da responsabilidade de Manuel Baptista Pinto de Andrade, recebedor do concelho da Moita, no período decorrido de 1 de Julho de 1902 a 30 de Junho de 1903, proferiu-se o seguinte acórdão, de que foi relator o Ex.º Sr. Vogal, Pinto de Magalhães:

Cópia.—Acordam os do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Visto o requerimento de fl. 33, em que Manuel Baptista Pinto de Andrade, ex-recebedor do concelho da Moita, distrito de Lisboa, pede que, ao processo n.º 1:005 da sua responsabilidade, se juntem as certidões pelas quais se prova achar-se paga a importância do alcance encontrado àquele responsável na conta da gerência do ano económico de 1902-1903, bem como os juros respectivos em que foi condenado por acórdão deste Conselho de 27 de Abril do corrente ano:

Vistas as disposições legais em vigor:

Considerando que os documentos apresentados, fl. 34, provam que o responsável indemnizou a Fazenda Pública das importâncias do alcance, 3\$828 réis e respectivos juros, 52 réis, em que foi condenado pelo acórdão a cima referido.

Ouvido o Ministério Público, fl. 36 v.

Julgam Manuel Baptista Pinto de Andrade pela sua gerência de recebedor do concelho da Moita, no período decorrido de 1 de Julho de 1902 a 30 de Junho de 1903, quite com o Estado pela indicada responsabilidade.

Emolumentos 1\$000 réis.

Lisboa, 26 de Outubro de 1912.—*João Evangelista Pinto de Magalhães*, relator—*José de Cupertino Ribeiro Júnior*—*João José Dinis*.—Fui presente, *Alberto Aureliano da Silveira Costa Santos*.

Está conforme.—1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 11 de Março de 1913.—*Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.